

L E I Nº 1.210/74

Data: 28 de novembro de 1974.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder, com exclusividade, à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, a exploração e operação dos sistemas de abastecimento de água potável e coleta municipais e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, com exclusividade e pelo prazo de 30 (trinta) anos, mediante contrato a ser lavrado, à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, entidade mista estadual, criada pela Lei nº 4684, de 23/01/1963, a operação, exploração e ampliação dos serviços públicos dos sistemas de abastecimento de água, e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários, nesta cidade, de Bandeirantes.

§ 1º - À concessionária caberá executar os estudos, projetos, obras e instalações necessárias ao cumprimento dos objetivos da concessão.

§ 2º - Para assegurar a exclusividade aqui concedida, o contrato a ser lavrado disporá, também, sobre o embargo a funcionamento de poços artesianos, freáticos e cisternas existentes, no perímetro urbano, de uso doméstico, comercial ou industrial, resguardando-se, todavia, o funcionamento e utilização em caso de deficiência dos serviços ou de calamidade, respondendo o Município por bens de direitos porventura reclamados por terceiros.

Artigo 2º - Fica, igualmente, o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir à concessionária, todos os bens e direitos vinculados aos serviços de água e esgotos, mediante participação acionária do Município no capital social da concessionária, no valor do patrimônio líquido apurado através de avaliação, na forma do Decreto Lei nº 2627, de 26/09/1940.

Artigo 3º - A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, fica autorizada a, após a assinatura do contrato, fixar tarifas que permitam a justa remuneração do investimento, melhoramento a expansão dos serviços que venha a fazer, para assim assegurar o equilíbrio econômico e financeiro dos sistemas explorados, nos termos do Plano Nacional de Saneamento – PLANASA, e incisos I e II do artigo 167 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Após a vigência do contrato referido neste artigo, fica assegurado à concessionária, o direito de sustar o fornecimento de água aos funcionários em débito.

Artigo 4º - As Leis Orçamentárias do Município para os exercícios vindouros, bem como os respectivos orçamentos plurianuais de investimentos, fará a previsão de dotações próprias e necessárias ao atendimento do contrato autorizado nesta Lei, que será fixada em 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor que exceder a 3 (três) vezes o valor da avaliação de que se refere o artigo 2º desta Lei, e que deverá ser aplicado pela SANEPAR.

Artigo 5º - A concessionária responsabilizar-se a negociar em caráter prioritário, com os órgãos competentes, a concessão de financiamentos necessários à execução das obras necessárias à execução das obras necessárias, não podendo o ônus resultante de tais empréstimos, ser atribuído ao Município de Bandeirantes.

Parágrafo Único – As obras e serviços do sistema de esgotos sanitários, deverão iniciar-se dentro de 30 (trinta) dias contados da data da aprovação dos financiamentos pelos órgãos competentes e que para tal fim vierem a ser obtidos pela concessionária, e a estação de tratamento de esgotos sanitários deverá estar concluída e em funcionamento no prazo d 3 (três) anos.

Artigo 6º - O Poder Executivo Municipal declarará de utilidade pública, os bens imóveis que se tornem necessários à ampliação dos sistemas de água e esgotos, de acordo com projetos aprovados pelas entidades competentes.

Artigo 7º - Vencido o prazo de 30 (trinta) dias referido no artigo 1º, os sistemas de abastecimento de água potável, incluindo a coleta, tratamento e distribuição, e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários, com todos os seus bens, móveis e imóveis, e direitos, existentes à época do vencimento, reverterão automaticamente ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, sem nenhum ônus para esta, quando se considera pelo simples vencimento do prazo, revogado de pleno direito o contrato.

Artigo 8º - A concessionária gozará de total isenção de impostos municipais, relativamente a seus bens e serviços.

Artigo 9º - Fica aprovada a Lei Municipal nº 592/66, de 30/05/66, e demais disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 28 de novembro de 1974.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 28 de novembro de 1974.

Jamil Fares Midauar
Prefeito Municipal

José Primo Vicente
Diretor Administrativo